

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Pantoja, Selma Alves

Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII

História Unisinos, vol. 14, núm. 3, septiembre-diciembre, 2010, pp. 236-241

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866831001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

# Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII

Networks and plots in the world of Atlantic slavery,  
in West Central Africa, in the eighteenth century

Selma Alves Pantoja<sup>1</sup>

jujuba@unb.br

---

**Resumo.** Os trabalhos existentes sobre o comércio e os comerciantes para a região da África Central Ocidental têm privilegiado a abordagem socioeconômica sobre os mercadores e negligenciado seu papel de atores principais na formação de um específico espaço político-cultural em Luanda. A identificação de certas trajetórias de vida, dentre os membros dos grupos sociais nesta região, pode trazer uma nova percepção da lógica desse tipo de sociedade escravista no setecentos. Com base em variados registros documentais pretendo abrir trilhas que possam levar as formas de sociabilidade e as identidades dos grupos integrantes das “élites” luandenses, sem se esquecer da mudança operada, no curso desse tempo, nas tensões das lutas internas e externas presente na região e exemplificadas nos confrontos entre os grupos de parentes.

**Palavras-chave:** África Central Ocidental, comércio Atlântico, relações de amizade, comércio de escravos.

**Abstract.** The existing studies on the trade and traders from West Central Africa have privileged a socioeconomic approach on the merchants and neglected their role as the main actors for the rise of a specific political-cultural environment in Luanda. The identification of certain life trajectories among members of social groups in this region can bring a new perception on the logic of such slave society in the 1700s. Based on several documentary records I intend to open trails that can take us to the forms of sociability and the identities of the “elite” class from Luanda, not forgetting the change suffered during the course of time to the tensions of internal and external struggles in the region, as exemplified by the confrontation among groups of close relatives.

**Key words:** West Central Africa, the Atlantic trade, relations of friendship, slave traders.

---

Os dois compadres luandenses Antonio da Fonseca Coutinho e Manoel Matoso de Andrade eram diferentes em suas ações, e mesmo nos aspectos físicos destoavam bastante. Enquanto o primeiro chegou aos 70 anos com muita robustez física, o compadre Manoel foi descrito, aos 50 anos, como “um oficial brando e mole”, o que seria por conta da sua “demasiada gordura”. O coronel Antonio era pessoa “respeitada e temida” em toda Luanda; já o coronel Manoel, apesar de abastado em bens materiais, era conhecido pela “índole pacífica” e “lúcido

<sup>1</sup> Professora da UnB desde 1995, atualmente professora associada I. Doutora em Sociologia pela USP em 1994.

como pessoa". O "seu gênio", entenda-se acomodação, o impedia de sair de casa e tomar decisões. Era uma "estátua com nome de coronel". Pelo contrário, sobre o coronel Antonio foi dito que possuía "excessiva ambição, orgulhoso e soberbo", incapaz de prestar obediência aos seus superiores<sup>2</sup>. Apesar das diferenças, eram compadres e parentes, contudo nem sempre estiveram do mesmo lado da política e dos negócios. Os dois coronéis são figuras-chave para entender as redes de mercadores em Luanda, na primeira metade do século XVIII. O que, então, unia esses dois coronéis? Os registros de época falam que eles eram muito bons na lide de "viver e tratar com os seus naturais". Eles compartilhavam laços de parentesco, competiam por cargos na Câmara de Luanda e pelo controle das rotas comerciais que ligavam sertão/litoral. A partir dessas e mais outras famílias, tenho estudado o cotidiano da cidade de Luanda na intenção de entrar nos meandros da lógica do universo dos comerciantes de escravos em Angola.

Luanda era o maior porto da costa ocidental africana, também era o respiradouro dos acontecimentos na sua retaguarda, região do interior chamada pela documentação de sertão<sup>3</sup>. Onde se estabeleciam as relações de forças entre portugueses e africanos, a princípio era nesse limbo que a luta por uma melhor relação comercial era travada. Porém, foi no espaço do litoral que se formaram as grandes famílias envolvidas e resultantes das atividades comerciais e das guerras travadas entre os dois universos. Um mundo especialmente novo emerge com uma cultura e política que subjaz ao grande comércio atlântico de escravos. Entre o litoral e o sertão nasceram as práticas que conformaram um tipo de "elite" mestiça na vida luandense, resultantes dos laços entre sociedades antigas locais e os recém-chegados que atuavam como agentes intermediários desse comércio internacional. O surgimento das "tradicionalis famílias luandenses" significou a construção de um *modus vivendi* próprio que perdurou ao longo de quase três séculos. Conceituar esses grupos familiares tem sido o meu maior exercício de análise na escrita da história sobre Luanda setecentista.

O cotidiano desse espaço urbano em princípio delimitava-se aos traçados europeus, condicionados pelas divisões de bairros das cidades alta e baixa. Quase sempre os historiadores descrevem Luanda como uma cidade portuguesa "colonial", deixando se levar por uma escrita do período colonial demarcada pelo uso desse termo (Coquery-Vidrovitch, 1993, p. 93-100). A minha intenção nesta pesquisa tem sido de apresentar alguns

dados e argumentar em direção contrária, afirmando a existência de uma cidade diferente com conformação tanto europeia como africana. Ao cruzar registros que enfatizam informações sobre população e cotidiano há uma forte tendência em se falar de mistura de população, de um espaço africano majoritário e de uma língua comum, o kimbundo (Venâncio, 1996, p. 192-193; Dias, 1984; Vellut, 1975; Miller, 1988, caps. 8-9; Heywood e Thornton, 2006, p. 6-7). A maneira como a população local tirou partido dos novos condicionantes econômicos e culturais, durante esses quase três séculos, pode ser vista com a criação de uma sociedade mercantil com sua rede urbana, com raízes próprias e elementos estrangeiros. Esses intercâmbios econômicos e culturais, de certa maneira, nos colocam diante de estruturas sociais bem mais complexas e dinâmicas do que hoje a literatura costuma chamar de "sociedade colonial". Por este viés tenho interrogado as denominações como "comunidades crioulas", "Luanda crioula", dentre outras, tão recorrentes na bibliografia sobre a cidade.

Os moradores de Luanda, originários de várias regiões, africanas, europeias e americanas, estavam envolvidos com o comércio de escravos em todos os setores do seu cotidiano. Eram proprietários e comerciantes de escravos: os militares, funcionários, religiosos, lojistas, pequenos comerciantes e degredados. A variável era a proporção da propriedade, segundo o setor dos negócios que estivessem integrados poderiam ser mais ou menos ricos e poderosos. Os funcionários em todos os graus, militares das mais variadas patentes, comerciantes de produtos alimentícios, as instituições religiosas, os donos das casas e terrenos na cidade, todos tinham e desejavam um quinhão a mais nesse frutuoso negócio. A população de Luanda estava inserida nas muitas ramificações em que se desdobravam os setores do comércio atlântico de escravos; como os serviços no porto, na intermediação dos produtos de que dependiam as embarcações, na produção e revenda de alimentos que abasteciam os navios que transportavam escravos, no armazenamento das mercadorias que saíam e entravam na cidade, e participação nas expedições militares no sertão. Desde o início do seiscentos, a administração portuguesa contava com "os moradores" no recrutamento para as tropas, nas guerras do sertão contra as chefias africanas rebeladas ou o combate aos "estrangeiros"<sup>4</sup>. No começo fazia-se o recrutamento para as forças militares de maneira obrigatória, o que deu origem a alguns conflitos de interesses entre "moradores" e governadores, com o

<sup>2</sup> Doc. 16, Cx. 40, Angola, AHU, 1754-55, 10/3/1755.

<sup>3</sup> Sertão (certão), usado pelas fontes do século XVIII, segundo os dicionários, tem origem incerta. Termo importante para a compreensão geográfica da região do interior da África Central Ocidental, parece ter migrado do Brasil, onde se designavam as terras do interior, principalmente no nordeste brasileiro. (Sertão, região apartada do mar, por todas as partes, metida entre terras. Mediterrânea Regio. Cic. (Bluteau, 1712-1728, v. 7, p. 613). Região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. Dicionário Eletrônico Houaiss, 2009).

<sup>4</sup> Regimento de 1607, BAHC, Lisboa, 1950, Arquivo Histórico Colonial, vol. I, p. 237.

passar do tempo, participar das tropas tornou-se voluntário, bem aceito e reconhecido como favores prestado ao rei português. “Hei por qualificados os serviços, que se me fizerem na guerra da dita Conquista.”<sup>5</sup> Aqueles que defendiam a ‘Conquista’ um dia poderiam solicitar e receber honras e mercês. Os “naturais da terra”, nestes casos, eram os europeus ou mestiços residentes, e muitos no século XVIII já pertenciam à segunda ou terceira geração em terras africanas. São esses mesmos “naturais da terra” que irão participar das tropas com cargos de oficiais e combater os rebelados sobas<sup>6</sup>, assim como atravessavam o Atlântico na busca de maiores recursos. São eles os que vão se enriquecer no comércio e criar patrimônios (casas assobradadas e pequena propriedade agricultura nos arredores da cidade) e naturalmente receber as mercês, participando ativamente dos cargos políticos no Senado da Câmara da cidade. Seguir a trajetória de um desses “naturais da terra” é compreender a lógica que precedia a construção e os mecanismos de ação do mundo dos mercadores de escravos em Angola.

Alguns registros documentais, como testamentos, certidões de batismo, de casamento e óbito, têm me levado às formas de sociabilidade dos grupos integrantes das “élites” luandenses. A dificuldade desta tarefa consiste no comportamento dos europeus recém-chegados que agiam com relação à sua prole mestiça de diferentes maneiras. Alguns eram reconhecidos como filhos naturais chegando mesmo a ser legitimados perante a Coroa portuguesa, mas no geral esses filhos eram criados soltos pela cidade ou sertão, quando possuíam mães livres ou forras. Os que eram filhos de escravas dependiam da alforria que o pai poderia fazer na hora da morte em seu testamento. Caso contrário, como dizia o cronista do século XVIII, “os chefes de família toleram a multiplicação da sua riqueza nos filhos (tidos) das escravas” (Correa, 1937, p. 92). As “tradicionalas famílias luandenses”, formadas por um núcleo inicial resultante da união entre africanas e portuguesas recém-chegados àquele litoral, são os objetos de estudo neste meu trabalho, que chamo de comunidade de mercadores luandenses (Pantoja, 2008).

Na construção das redes e teias que cercavam a comunidade de mercadores de Luanda as relações de parentesco, compadrio e amizade eram as garantias de um lugar no comando da vida política da cidade e de sucesso

nos negócios no sertão. Assim podemos exemplificar com as trajetórias dos dois coronéis citados no início deste texto, o coronel Antonio da Fonseca Coutinho e Manoel Matoso de Andrade.

Os Fonseca Coutinho pautaram suas trajetórias de militares/comerciantes na mesma lógica de muitos outros militares na região<sup>7</sup>. O pai, o coronel Manoel da Fonseca Coutinho, foi o tronco gerador da família em Angola, no século XVII. O filho Antônio exerceu sua influência na primeira metade do século XVIII, e o neto Anselmo foi figura dominante no cenário político-econômico da região até 1814. Na condição de membros dos grupos de parentescos de poderosas famílias luandenses, as três gerações tiveram papéis marcantes como protagonistas nos enredos políticos e econômicos da vida da cidade (Pantoja, 2010).

Em 1700, Antônio da Fonseca Coutinho iniciou sua vida militar; era natural de Luanda, seu pai era originário de uma família fidalga da região do Alentejo e serviu em Angola no século XVII; sua mãe foi Maria Diogo, natural de Luanda, solteira. Antônio começou como soldado voluntário passando a cabo de esquadra, depois a sargento e a alferes da infantaria paga; foi capitão de uma das companhias do Kuanza<sup>8</sup>, chegando a coronel e mestre de campo *ad honorem*<sup>9</sup>. Ainda como sargento, construiu uma família com Maria Francisca, natural de Luanda, solteira. Dessa união teve dois filhos nascidos em Luanda. O primeiro chamado Manoel da Fonseca, mais tarde foi capitão-mor da fortaleza de Muxima e pai de Maria e Mariana da Fonseca. O seu segundo filho, Anselmo da Fonseca Coutinho (1742-1814), chegou ao posto de brigadeiro<sup>10</sup>.

No mesmo período, dentro desse cenário de redes de parentescos, outro ramo familiar, os Matoso de Andrade, cruzava-se com os Fonseca Coutinho, nos episódios de crises da Câmara de Luanda e de disputa pelo controle do comércio no sertão. Na prática política de buscar alianças por meio dos laços matrimoniais, formava-se um extenso conjunto de parentelas, que alocados nos cargos da Câmara e nas hierarquias militares e religiosas, construíram uma comunidade muito específica. Afinal, todos eram parentes; assim, os Matosos e os Fonseca Coutinho eram parentes entre si, e os respectivos coronéis eram compadres.

O compadre Manoel Matoso de Andrade trilhou uma carreira de militar/comerciante dentro do padrão

<sup>5</sup> Alvará Régio premiando os serviços que forem prestados na conquista do Reino de Angola. (AA, v. III, n. 16/18, jan./mar. 1937, p. 3). Embora assim se fizessem para outras regiões, esse Alvará passa a caracterizar uma situação tornada depois comum, para Angola, de pedidos de honras e mercês pelos moradores de Luanda.

<sup>6</sup> “É um título político dos Mbundus, que aparece nos primeiros registros escritos sobre a região da África Central Ocidental” (Heintze, 1985, p. 127). Para o século XVIII: “é título que equivale ao de governador, cada província tem muitos sobas que governam os negros seus subordinados; mas com obediência ao capitão-mor do respectivo presídio. Eles aprontam os carregadores, que o capitão-mor lhes pede” (Correa, 1937, p. 37).

<sup>7</sup> Sobre as carreiras dos militar/comerciantes ver Pantoja (2004, 2006, 2008).

<sup>8</sup> Livros 7, f. 159; 53, f. 1666; 59, f. 166; 60, f. 115; 66, f. 42v; 776, f. 159, Chancelaria de D. João V (próprios A), ANTT. Livro 3, f. 98v e 23, f. 127; livro 4, f. 23 e 237, Mor-domia da Casa Real, 1786, ANTT.

<sup>9</sup> Doc. 83, cx. 25, Angola, AHU, 1730.

<sup>10</sup> M. 28, n. 13, F. F., J. U., 1816, ANTT.

das trajetórias locais; começou aos 16 anos de idade como soldado voluntário, em 1717. Em 21 anos de carreira, passou de cabo a alferes e chegou a capitão-mor da fortaleza das Pedras, servindo no período de 1732 a 1738<sup>11</sup>. Em sua certidão de Fé dos Feitos<sup>12</sup>, enumera seus préstimos à Coroa e apresenta, entre os muitos documentos comprobatórios de sua idoneidade, uma carta de Antônio da Fonseca Coutinho e um certificado de que fizera as provas de habilitações militares, assinados pelo mesmo coronel<sup>13</sup>. A família Matoso de Andrade tinha condições de contar com os seus numerosos parentes nos lugares estratégicos da cidade e do sertão (nas fortalezas), por ser das mais antigas e extensas de Luanda<sup>14</sup>. Esse monopólio e as pretensões dos outros grupos aos postos criavam um ambiente de disputas latentes no momento de ocuparem-se os cargos locais. Nos negócios, as tensões eram incessantes, dependendo das articulações com os poderes locais luandenses e as instituições africanas. Como militares deveriam defender os interesses da realeza lusa, enquanto comerciantes seus desejos eram diretamente confrontados com os dos sobas. Da perspectiva dos mercadores luandenses, as lideranças africanas não deixavam o comércio fluir. Como as direções dos acontecimentos quase sempre iam por caminhos opostos, eram deflagrados combates, em outros momentos eram feitos acordos. As guerras demarcaram os estágios em que a relação de força entre sertão/litoral chegava ao seu limite.

Os locais de incidências das maiores tensões eram as fortalezas do sertão, por onde esses coronéis passavam na sua trajetória militar. Na fase da sua maturidade, estavam alocados nas melhores posições políticas e econômicas da cidade de Luanda, e sua parentela (filhos, sobrinhos e afilhados) exercia os postos (militares, administrativos ou religiosos) em fortalezas espalhadas pelo interior. Os mercadores luandenses aprendiam, ao longo da sua vida, as línguas africanas; muitas das vezes, eram suas línguas maternas e, com o tempo, tornavam-se hábeis na negociação com os sobas. Dessa maneira, esses intermediários, ou *passeurs culturels* (Tachot e Gruzinski, 2001), ocupavam espaços imprescindíveis ao serviço da administração portuguesa, ao grande negócio da escravidão atlântica.

Depois de duas ou três décadas, os coronéis eram pessoas das mais ilustres de Luanda, muito ricos e poderosos, com um exército de escravos com os quais já tinham socorrido a administração portuguesa na guerra contra as chefias africanas e na expulsão dos piratas que

cobiçavam a “Conquista”. Desejosos de reconhecimento do seu prestígio perante os seus pares e a Coroa portuguesa, eles solicitavam então as mercês, como pertença à Ordem de Cristo, ou à Família do Santo Ofício. Depois de um longo processo, o rei acabava por conceder a mercê. O recebimento na Ordem era feito por carta real que autorizava qualquer instituição eclesiástica de Angola a realizar a cerimônia de recebimento como cavaleiro da Ordem de Cristo. Apesar desse caráter de criar uma “nobreza mestiça” nesta região africana, a realeza portuguesa fazia um jogo duplo de conceder certas honrarias, por um lado, e, por outro, interditar aos “naturais da terra” a ocupação dos cargos mais importantes, como o de governador de Angola.

As famílias poderosas de Luanda, como os Matosos de Andrade Câmara e os Fonseca Coutinho, dentre muitas outras, vindas diretamente de Portugal ou com origens de ramos “brasileiros”, usavam como estratégias as uniões matrimoniais e as relações de compadrios sempre na intenção de compor e manter suas redes de poder que se estendiam de Luanda para o interior. Esses grupos familiares tiveram papéis importantes na época do comércio atlântico ao exercerem cargos políticos e administrativos na cidade. Apesar de possuírem poderes decisórios locais, eles sempre mantiveram laços ambíguos nas relações com a Coroa portuguesa e com as lideranças africanas. Intermediários dos dois mundos, faziam as interligações que tornavam possíveis a manutenção das rotas comerciais que levavam aos portos os carregamentos de escravos. Esses mercadores estavam profundamente divididos entre seus conflitantes interesses comerciais, que resultavam em ações violentas contra as chefias africanas, e sua missão de representar o interesse local da Coroa portuguesa. Por seu lado, os poderes em Lisboa respondiam com a mesma moeda, ao manterem longos silêncios perante os contextos de crises que dividiam as facções das famílias luandenses.

Uma vertente essencial nesse estudo são as trajetórias e suas identificações, trazendo uma questão de fundo: como esses comerciantes e famílias se autoidentificavam? As nomeações encontradas nos registros de época sempre apontam um possível caminho para tentar responder a esta questão. As denominações, encontradas na documentação que transitava entre Luanda e Lisboa, podem ajudar a falar em identidades dos mercadores de escravos luandenses. Como mediadores culturais, além de efetivos comerciantes, esses membros das famílias

<sup>11</sup> Doc. 70, cx. 31, Angola, AHU, 31/11/1739; HOC, 1731, ANTT; cód. 23, L. 11, 1730-1740, Consultas Mistas, AHU; cód. 3261, fl. 170, L. 1, 1688-1695, Luanda/Governo-Geral, AHA.

<sup>12</sup> Documento que certifica o tempo de serviço dos militares, podendo ser passado em vários momentos da vida e, no final, serve de comprovante do total de anos de serviço prestado à realeza.

<sup>13</sup> Doc. 70, cx. 31, Angola AHU, 23/11/1731.

<sup>14</sup> A rede de parentesco dos Matosos de Andrade não só será mais poderosa, como se estenderá muito mais no tempo e de maneira transatlântica, garantindo locais de grande prestígio no Brasil, na fase do Império, como, por exemplo, José Matoso de Andrade Câmara, ministro do Supremo Tribunal da Justiça do Império do Brasil.

luandenses foram fontes de reconstruções identitárias de si e das populações em contato. Outros estudos abordando diferentes regiões atlânticas analisam comunidades semelhantes como mediadores culturais, políticos e econômicos (Tempere, 2007, p. 103-115; Tachot e Gruzinski 2001; Loureiro e Gruzinski, 1999; Gervais, 2008). Fornecedores de elementos construtores de novas identidades, os complexos e dinâmicos processos são especialmente relevantes para a discussão do termo mestiçagem de cultura no século XVIII, no litoral angolano. O vocábulo mestiçagem ganhou lugar polêmico na historiografia e literatura em geral para a região. O conceito, segundo alguns, tenderia a “sugerir o apagamento do negro” (Kandjimbo, 1997, p. 17-18; Laranjeiras, 2010), para outros leva aos autores coloniais. Ao fugirem dessa designação, muitos estudiosos buscaram outras configurações que depois foram consideradas insuficientes, como crioulos. Anteriormente essa classificação aparecia nos autores preocupados com os estudos das “élites nativas” coloniais, para o século XIX (Oliveira, 1968; Stamm, 1972; Dias, 1984). Para um período mais recente, há uma retomada dos termos crioulo e crioulidade (Pélissier, 1986, p. 41-45, 85-99; Venâncio, 1996, p. 19-23; Bittencourt, 2000, p. 163-185). Da perspectiva da História Atlântica, autores preocupados com a diáspora africana cunharam termos como “cultura crioula atlântica” (Berlin, 1996). Para o caso da África Central Ocidental, os historiadores estadunidenses Heywood e Thornton argumentam a favor da existência de “comunidades que praticavam vários graus de cultura crioula atlântica” (Heywood e Thornton, 2006, p. 6-7; Heywood, 2002, p. 91-113). Os autores chegam a delimitar geograficamente essas comunidades e chamam de “colônia portuguesa de Angola” ao espaço que compreende a área urbana e arredores de Luanda, “a mais crioula das comunidades” (2006, p. 7). Neste caso, o termo crioulo seria algo próximo da adoção de alguns aspectos das práticas cristãs por aqueles povos, majoritariamente mbundu<sup>15</sup>. Em todos os enquadramentos acima expostos, sejam comunidades de euro-africanos (Miller, 1988; Vellut, 1975) ou comunidades crioulas, com ênfases no político-econômico, ou religioso-cultural, são termos ainda muito vagos para um melhor entendimento dos grupos de mercadores de escravos da região luandense. Aplicada ao espaço de Luanda, para o século XVIII, a denominação de “comunidade crioula” serve mais como referência no entendimento da diáspora africana no Atlântico do que para a identificação das famílias de mercadores escravistas na região.

Classifico como mestiça a comunidade de mercadores do litoral angolano retomando um termo também criticado por ser amplo demais e sem precisão analítica. A minha intenção é de apreender o significado do processo, onde uma ou mais dinâmicas de interações culturais criaram um novo conjunto de elementos que serão distintos dos seus antepassados. Penso vislumbrar uma ideia de maior fluidez de identidades, definida contextualmente e em geral baseada no padrão da cultura local. Outros elementos centrais que devem ser considerados são as tensões das lutas internas e externas (Amselle, 1998, p. 41), presentes na região e exemplificadas nos confrontos dos grupos de parentesco.

Com esta breve reflexão sobre a minha pesquisa com a comunidade dos mercadores de escravos luandense, apenas indiquei alguns dos muitos caminhos e problemas a serem confrontados ao abordar a história da cidade de Luanda no setecentos.

## Referências

AMSELLE, J.-L. 1998. *Mestizo Logics: Anthropology of Identity in Africa and Elsewhere*. Stanford, Stanford University Press, 207 p.

BITTENCOURT, M. 2000. A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, II, “Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação”, Lisboa, 2000. *Atas...* Lisboa, CNCDP, 2000, p. 163-185.

BERLIN, I. 1996. From creole to African: Atlantic creole and the origins of African-American in Society in Mainland North American. *The William and Mary Quarterly*, 53(2):251-288.

BLUTEAU, R. 1712-1728. *Vocabulário português e ltino, anatômico, architectorio*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 8 volumes.

COQUERY-VIDROVITCH. 1993. *Histoire des villes d'Afrique noire: Des origines à la colonisation*. Paris, Albin Michel, 412 p.

CORREA, E.A.S. 1937. *História de Angola (1782)*. Lisboa, AGU, vol. 1, 369 p.

DIAS, J. 1984. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870-1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1:61-88.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Rio de Janeiro, Objetiva. [CD ROM].

GERVAIS, P. 2008. Neither imperial, nor Atlantic: A merchant perspective on international trade in the eighteenth century. *History of European Ideas*, 34(4):465-473. <http://dx.doi.org/10.1016/j.histeuroideas.2008.08.001>

HEINTZE, B. 2007. *Angola nos séculos XVI-XVII*. Luanda, Kilombelombe, 623 p.

HEINTZE, B. 1985. *Fontes para história de Angola do século XVII*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 419 p.

<sup>15</sup> Existe certo consenso entre os estudiosos de que na região de Luanda, principalmente ao longo dos séculos XVI-XVIII, tenha se formado um grupo com proveniência de indivíduos de diversas partes do que se costuma chamar mbundu. O grupo etno-linguístico mbundu são os habitantes a norte do planalto de Benguela e falante do kimbundo (Parreira, 1997, p. 160-161; Miller, 1988, p. 34-39; Heintze, 2007, p. 174 -175).

HEYWOOD, L.; THORNTON, J. 2006. Central African Creole Culture and the Making of the “Plantation Generation”, 1660-1740. Texto fotocopiado, 13 p.

HEYWOOD, L. 2002. Portuguese into African: the Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures. In: L. HEYWOOD (org.), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 91-113.

KANDJIMBO, L. 1997. Angolanidade: o conceito e o pressuposto: apologia de Kalitangi. In: KANDJIMBO, L., *Ensaio e Crítica*. Luanda, Inald, p. 15-23.

LARANJEIRAS, P. 2010. Nzinga Mbandi, o sentido banto da modernidade angolana. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A RAINHA NZINGA MBANDI, I, Roma, 2010. *Anais...* Roma. Texto fotocopiado, 12 p.

LOUREIRO, R.M.; GRUZINSKI, S. (orgs.). 1999. *Passar as fronteiras: Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais séculos XV a XVIII (Lagos-Outubro 1997)*. Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 408 p.

MILLER, J. 1988. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 770 p.

OLIVEIRA, M.A.F. 1968. *Luanda “Ilha” crioula*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 253 p.

PANTOJA, S. 2010. O Senado da Câmara de Luanda no século XVIII: poderes locais e redes transoceânicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA, III, Luanda, 2007. *Atas...* Arquivo Histórico de Angola. [no prelo].

PANTOJA, S. 2008. Famílias de comerciantes no mundo atlântico: parentesco, compadrio e comércio em Angola no século XVIII. In: CONGRESO DE ESTUDIOS AFRICANOS EN EL MUNDO IBÉRICO, VI, África, Puentes, conexiones e intercambios. Las Palmas de Gran Canária, 2008. *Atas...* ULPGC, CD.

PANTOJA, S. 2006. Parentesco, comércio e gênero na confluência de dois universos culturais. In: S. PANTOJA (org.), *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Nzila/LGE, Luanda/Brasília, p. 79-97.

PANTOJA, S. 2004. Gênero e comércio: as traficantes de escravos no mundo atlântico. *Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 4/5:79-97.

PARREIRA, A. 1997. *Economia e sociedade em Angola: Na época da rainha Jinga, século XVII*. Lisboa, Estampa, 245 p.

PÉLISSIER, R. 1986. *História das Campanhas de Angola, resistência e revoltas, 1845-1941*. Lisboa, Estampa, 2 vols.

STAMM, A. 1972. La société créola à Loanda (1838-1848). *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, 59:578-610.

TACHOT, L.B.; GRUZINSKI, S. (org.). 2001. *Passeur culturels: mécanismes de métissage*. Paris, Presses Universitaires de Marne-la-Vallée/Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 319 p.

TEMPERE, D. 2007. Des marchands em mer voyage océanique, négoce et médiations entre l'Espagne et l'Amérique au XVIIe. Siècle'. In: B. PEREZ; S. ROSE; J.P. CLÉMENT (orgs.), *Des Marchands entre deux mondes: Pratiques et représentations en Espagne et en Amérique (XV-XVIII siècles)*. PUPS, Paris, p. 103-115.

VELLUT, J. 1975. Le royaume de Cassage et les réseaux luso-africains (ca. 1750-1810). *Cahiers d'Études Africaines*, 15(57):117-136. <http://dx.doi.org/10.3406/cea.1975.2613>

VENÂNCIO, J.C. 1996. *A economia de Luanda e Hinterland: século XVIII: Um estudo de sociologia Histórica*. Lisboa, Estampa, 227 p.

## Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Documentação em caixa e códice, Angola.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL (IHGB). Documentação em lata, Angola.

ARQUIVO HISTÓRICO DE ANGOLA (AHA). Documentação em códice.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (AN/RJ). Documentação em Códices, Justiça.

HABILITAÇÕES DA ORDEM DE CRISTO (HOC), ANTT.

JUSTIFICAÇÕES ULTRAMARINAS (JU). Feitos Findos, ANTT. Mordomia da Casa Real, ANTT.

Chancelaria de D. João V, ANTT.

Submetido em: 27/08/2010

Aceito em: 31/08/2010

Selma Alves Pantoja  
Universidade de Brasília  
Departamento de História  
IH – ICC Norte, Asa Norte  
70910-900, Brasília, DF, Brasil

241